

**DESIGUALDADES AMBIENTAIS NO BRASIL: A LENTE DA JUSTIÇA
CLIMÁTICA E DO RACISMO AMBIENTAL**

**DESIGUALDADES AMBIENTALES EN BRASIL: LA LENTE DE LA JUSTICIA
CLIMÁTICA Y DEL RACISMO AMBIENTAL**

**ENVIRONMENTAL INEQUALITIES IN BRAZIL: THE LENS OF CLIMATE JUSTICE
AND ENVIRONMENTAL RACISM**



Pedro Henrique Campello TORRES¹
e-mail: ph.torres@unesp.br



Gabriel Pires de ARAÚJO²
e-mail: gabrielparaujoga@gmail.com

Como referenciar este artigo:

TORRES, Pedro Henrique Campello; ARAÚJO, Gabriel Pires de. Desigualdades ambientais no Brasil: a lente da justiça climática e do racismo ambiental. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 25, n. esp.2, e025026, 2025. e-ISSN: 2359-2419. DOI: 10.47284/cdc.v25iesp2.20770



| **Submetido em:** 27/02/2025
| **Revisões requeridas em:** 01/10/2025
| **Aprovado em:** 13/10/2025
| **Publicado em:** 28/12/2025

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Prof. Me. Paulo José de Carvalho Moura
Profa. Me. Luana Estela Di Pires
Prof. Me. Lucas Barbosa de Santana
Prof. Me. Maurício Miotti

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus Litoral, Santos (SP), Brasil. Professor (RDIDP) da área de Ciências Ambientais no Departamento de Ciências Biológicas e Ambientais do Instituto de Biociências (UNESP), do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade de Ambientes Costeiros (PPGBAC) (UNESP), e, Professor e orientador no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (PROCAM), da USP.

² Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (PROCAM - IEE/USP). Doutorando em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, com período sanduíche na University of Surrey (UoS - Reino Unido).

RESUMO: O dossiê apresenta um conjunto de textos a partir do fio condutor de que a justiça climática não é uma noção homogênea; trata-se de um campo conceitual em disputa, apropriado por atores estatais, corporativos, multilaterais, comunitários e acadêmicos, muitas vezes com sentidos profundamente divergentes. Na perspectiva apresentada, a justiça climática pode ser cooptada em representações tecnocráticas centradas em métricas e indicadores, mas também pode servir como plataforma de resistência antirracista e anticolonial, desde que ancorada em experiências territoriais concretas.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdades ambientais. Justiça climática. Racismo ambiental. Colonialidade climática.

RESUMEN: El dossier presenta un conjunto de textos basados en la idea central de que la justicia climática no es un concepto homogéneo, sino un campo conceptual en disputa, apropiado por actores estatales, corporativos, multilaterales, comunitarios y académicos, a menudo con significados profundamente divergentes. Desde la perspectiva presentada, la justicia climática puede ser cooptada en representaciones tecnocráticas centradas en métricas e indicadores, pero también puede servir como plataforma de resistencia antirracista y anticolonial, siempre que se base en experiencias territoriales concretas.

PALABRAS CLAVE: Desigualdades ambientales. Justicia climática. Racismo ambiental.

ABSTRACT: The dossier presents a set of texts based on the guiding principle that climate justice is not a homogeneous concept; it is a conceptual field in dispute, appropriated by state, corporate, multilateral, community, and academic actors, often with profoundly divergent meanings. From the perspective presented, climate justice can be co-opted into technocratic representations centered on metrics and indicators, but it can also serve as a platform for anti-racist and anti-colonial resistance, provided it is anchored in concrete territorial experiences.

KEYWORDS: Environmental inequalities. Climate justice. Environmental racism.

Introdução

A emergência climática deixou de ser anunciada como perigo futuro: já constitui uma condição presente, com efeitos materiais, simbólicos, territoriais e corporais que atravessam o Brasil de maneiras profundamente desiguais. Os impactos climáticos não se distribuem ao acaso; seguem linhas estruturais de raça, classe, gênero, território e CEP, expressando a sobreposição entre crise climática, urbanização excludente, colonialidade, patriarcado e racismo ambiental. Desde sua formulação acadêmica inicial no Brasil, como nos lembra Selene Herculano (2008), a crítica da justiça ambiental pautou-se na denúncia de que populações negras, pobres e periféricas são sistematicamente expostas aos maiores riscos ambientais e aos menores investimentos institucionais, revelando a existência de uma “geografia moral” que organiza quem sofre e quem lucra com a degradação ambiental. Essa genealogia é fundamental para compreender que a crise climática não é apenas ecológica, técnica ou meteorológica: é, sobretudo, sócio-histórica, marcada pela colonialidade e por seleções estruturais de vidas.

Essa perspectiva alinha-se ao argumento desenvolvido por Farhana (2022) em “The Unbearable Heaviness of Climate Coloniality”, que demonstra como a governança climática global e as respostas hegemônicas à crise mantêm, reproduzem e reatualizam padrões coloniais de exploração dos povos do Sul global, recolocando-os como vítimas permanentes, fornecedores de créditos de carbono ou territórios de compensação ambiental, ao mesmo tempo em que se desresponsabilizam os agentes históricos da destruição sistêmica. Tal crítica permite compreender que justiça climática não é apenas uma demanda de mitigação, mas um chamado ético e político que envolve memória histórica, autonomia territorial e reparação.

Araújo, Rodrigues e Dunder (2023) trazem nessa mesma perspectiva que, frente à colonialidade climática e as respostas hegemônicas que acabam por exacerbar a problemática que pressupõe combater, a justiça climática é uma concepção que traz a criticidade necessária para a resistência contundente à emergência climática, buscando traçar caminhos que emergem do território que levem às transformações estruturais que ataquem radicalmente as dinâmicas de desigualdade.

O dossiê “Desigualdades ambientais no Brasil: a lente da justiça climática e do racismo ambiental”, publicado pela revista *Cadernos de Campo* (UNESP), posiciona-se exatamente nesse horizonte crítico. O conjunto de textos aqui reunidos sustenta que justiça climática não é uma noção homogênea; trata-se de um campo conceitual em disputa, apropriado por atores estatais, corporativos, multilaterais, comunitários e acadêmicos, muitas vezes com sentidos profundamente divergentes. Como discutem Isabela Carmo Cavaco e Pedro Henrique Campello

Torres (2025), a justiça climática pode ser cooptada em representações tecnocráticas centradas em métricas e indicadores, mas também pode servir como plataforma de resistência antirracista e anticolonial, desde que ancorada em experiências territoriais concretas.

Essa abordagem crítica converge com aportes centrais da sociologia contemporânea, que têm enfatizado a inseparabilidade entre crise climática, desigualdades estruturais e relações de poder. Como argumenta Nancy Fraser (2022), a crise ecológica não pode ser compreendida fora das dinâmicas de expropriação e espoliação que sustentam a reprodução ampliada do capitalismo global; ela é expressão de uma crise social mais ampla que atravessa corpos, territórios e formas de vida. A sociologia brasileira, por sua vez, encontra em Lélia Gonzalez (1984) um marco interpretativo decisivo para entender como o racismo estrutura a distribuição diferencial de riscos e danos ambientais, conformando uma colonialidade interna. Essa chave analítica é indispensável para interpretar porque impactos climáticos recaem de modo sistemático sobre populações negras, indígenas — povos e populações tradicionais — e periféricas. Em diálogo com essas autoras, Silvia Federici (2004) contribui ao demonstrar que processos de cercamento e disciplinamento dos corpos e da terra não pertencem apenas ao passado da acumulação primitiva, mas reaparecem sob novas formas nas dinâmicas atuais de degradação ambiental, remoções forçadas e financeirização da natureza. Assim, o debate sociológico ilumina dimensões humanas e políticas da crise climática que frequentemente permanecem ofuscadas em leituras tecnocráticas ou naturalizadas do fenômeno.

Racismo ambiental e conflitos socioambientais: o fio condutor dos casos brasileiros

A relevância histórica do conceito de racismo ambiental retorna com força nos artigos deste dossiê. Trissia Maria Fortunato Paes de Barros (2025) faz um resgate contemporâneo do período recente brasileiro onde o governo federal foi dominado por uma visão de mundo de extrema direita negacionista que levou ao desmonte das políticas ambientais brasileiras, trazendo à tona o fato de que a articulação entre neoliberalismo e neoextrativismo se expressa na prática no agravamento da crise climática e na perpetuação do racismo ambiental. Ao sistematizar a presença do tema na pós-graduação brasileira, Aline da Cunha Miranda e Iris Carmen Pinheiro Rodrigues (2025) demonstram que comunidades negras, indígenas e periféricas continuam no epicentro dos conflitos ambientais contemporâneos, reafirmando diagnósticos já clássicos da literatura nacional — como aqueles apresentados por Herculano — sobre a seletividade da degradação e da proteção ambiental. Além disso, as autoras apontam o

aumento das discussões ao longo dos anos sobre o tema na pós-graduação, bem como trazem a relevância da perspectiva do racismo ambiental para a investigação de conflitos no país. A análise de políticas públicas na Bahia por Joana Nery Giglio e Paula Cristina da Silva (2025) evidencia como o Estado participa ativa ou omissamente da produção dessas desigualdades. A fragmentação da gestão ambiental, a baixa participação social e o conflito entre povos e comunidades tradicionais e empreendimentos econômicos revelam que as políticas ambientais, quando descoladas de disputas territoriais concretas, podem reforçar assimetrias históricas ao invés de mitigá-las.

Nos diferentes estudos de caso abordados no dossiê, o racismo ambiental aparece como camada estruturante. No Recife, Marcos Tavares de Arruda Filho e Pedro Roberto Jacobi (2025) discutem como processos de urbanização precária, segregação espacial e insuficiência de políticas socioambientais tornam determinados territórios particularmente vulneráveis a eventos extremos. Jeniffer Hübner *et al.* (2025) trazem as comunidades Quilombolas como comunidades epistêmicas que atuam na valorização do conhecimento tradicional e convergem com o campo da justiça climática enquanto um campo de disputa política e epistemológica com potencialidade para fortalecer a abordagem decolonial e valorizar trabalhos que partam dessa territorialidade. No quilombo Senhor do Bonfim (PB), Julia Rensi, Nádia Jarouche Aun e Ellen Monielle do Vale Silva (2025) analisam como redes agroalimentares solidárias fortalecem a soberania alimentar e a resiliência climática. Adriele Costa Xisto *et al.* (2025), fazem uma análise da urgência da justiça climática para o contexto de comunidades ribeirinhas da Amazônia, que enfrentam vulnerabilidades históricas que são potencializadas com as mudanças climáticas e cujas resistências por meio de movimentos sociais e saberes tradicionais é essencial, mas que devem atuar em conjunto com políticas públicas mais eficazes, participativas e antirracistas. No Rio Grande do Sul, Luana da Silva Rosa (2025) demonstra por meio da etnografia que a enchente de 2024 atualiza uma “catástrofe ancestral”, na qual racismo, desigualdade urbana e negligência institucional se entrelaçam e se materializam em injustiças climáticas.

“O caso do Quilombo do Cumbe (CE)”, analisado por Marina Passos Pereira Campos *et al.* (2025), é emblemático: projetos de carcinicultura, turismo e energia eólica não apenas degradam territórios, mas produzem rupturas internas, divisões, perda de laços comunitários e violência simbólica, estratégia frequentemente associada ao avanço de empreendimentos em territórios tradicionais. A disputa pela narrativa — quem define o que é “desenvolvimento”, “progresso”, “sustentabilidade” — torna-se tão importante quanto a disputa territorial. Essa

centralidade do conflito narrativo dialoga diretamente com Torres *et al.* (2025), que evidenciam como discursos institucionais, jurídicos ou midiáticos moldam percepções de legitimidade, classificam sujeitos e produzem realidades sociais, inclusive no campo ambiental. A performatividade do discurso — como mostra o texto — ajuda a compreender por que comunidades atingidas frequentemente lutam não apenas pelo território físico, mas pelo direito de nomear o próprio conflito e de existir politicamente em arenas decisórias. Por fim, têm-se o artigo “Um mundo em conta-gotas quebrado: (re)pensar futuros inúteis e vivíveis”, de Matheus Guimarães de Barros (2025), que argumenta que o capitalismo moderno-colonial é a prática de um modelo hegemônico que está direcionando o planeta para a catástrofe climática, que em contextos como o do Brasil se expressa através da desigualdade e o racismo ambiental. Para o autor, os caminhos para o futuro perpassam epistemologias e cosmovisões ancestrais que confrontam o imaginário capitalista e colonialista dominante.

A perspectiva crítica que orienta este dossiê também se apoia em aportes fundamentais da teoria social contemporânea. A análise de Nancy Fraser, especialmente em “Cannibal capitalism” (2022) e em seu ensaio com Rahel Jaeggi “Capitalism: a conversation in critical theory” (2018), oferece uma chave poderosa para compreender a crise climática como expressão de uma “crise geral de expropriação”, na qual o capitalismo devora as condições de possibilidade da própria vida — incluindo corpos, territórios, natureza e trabalho de cuidado. Em diálogo com essa crítica estrutural, a obra de Sueli Carneiro, especialmente “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), demonstra como o racismo organiza material e simbolicamente a formação social brasileira, produzindo uma geopolítica interna da desigualdade, cuja expressão contemporânea manifesta-se no racismo ambiental. De modo complementar, Lélia Gonzalez, em textos como “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988), contribui para compreender como os processos de racialização estruturam as hierarquias territoriais e políticas que moldam os impactos climáticos no Brasil. De modo complementar, Silvia Federici, em “Calibã e a Bruxa” (2004) e “O ponto zero da revolução” (2017), demonstra que a lógica de acumulação capitalista opera por meio de cercamentos contínuos — de terras, de corpos, de saberes e de formas coletivas de reprodução da vida. Essa reflexão ilumina a dimensão reprodutiva e comunitária da crise climática, evidenciando como seus efeitos recaem com maior intensidade sobre mulheres, populações racializadas e comunidades tradicionais. Ao integrar essas três vertentes críticas, este dossiê reafirma que enfrentar as desigualdades ambientais no Brasil exige uma perspectiva

antirracista, anticolonial e feminista, capaz de superar tanto o negacionismo quanto as falsas soluções que reproduzem as estruturas que nos trouxeram até aqui.

Colonialidade climática, falsas soluções e a disputa pelo futuro

Todos os artigos incorporados a este dossiê convergem para um ponto crucial: é impossível compreender as desigualdades climáticas sem reconhecer a operação contínua do colonialismo. A crítica à *climate coloniality* mostra que soluções globais baseadas em compensações de carbono, financeirização da natureza e “energia limpa” sem justiça territorial reproduzem assimetrias estruturais e deslocam impactos para comunidades historicamente vulnerabilizadas, inclusive no Brasil. Não só a crítica às ações que nos levaram à emergência climática, mas a construção de soluções deve partir do reconhecimento que as relações desiguais do capitalismo dependente levam à dinâmicas de exploração da periferia que levam ao agravamento constante da problemática socioambiental e climática (Araújo; Rodrigues; Dunder, 2023).

As experiências relatadas no dossiê — parques eólicos sobrepostos a quilombos, remoções urbanas, degradação de territórios ribeirinhos, ausência de participação social — confirmam empiricamente o que a literatura crítica vem denunciando: muitas “soluções climáticas” hegemônicas são, na verdade, variantes contemporâneas do extrativismo. Esse risco das falsas soluções exige, como defendem Cavaco e Torres (2025), uma leitura interseccional e politicamente situada da justiça climática, capaz de compreender os conflitos não como efeitos colaterais, mas como expressões de estruturas de poder.

Ao integrar análises empíricas de territórios específicos, reflexões teóricas anti-coloniais, genealogias críticas da justiça ambiental e estudos sobre conflitos socioambientais contemporâneos, este dossiê cumpre três funções fundamentais:

1. Fortalece o campo crítico da justiça climática no Brasil, articulando experiências territoriais, saberes tradicionais e epistemologias contra hegemônicas;
2. Denuncia a persistência do racismo ambiental, mostrando que a catástrofe climática é seletiva e profundamente marcada por desigualdades históricas, e que não há justiça climática sem o combate ao racismo; e
3. Enfrenta a colonialidade climática, dialogando com o debate internacional e situando o Brasil no centro das disputas sobre desenvolvimento, reparação e futuro.

Mais que um conjunto de artigos, este dossiê apresenta-se como uma intervenção pública, orientada a deslocar as fronteiras do debate sobre clima no país. Convida a academia, o Estado e os movimentos sociais a rejeitarem tanto o negacionismo quanto às soluções tecnocráticas que ignoram desigualdades estruturais. Em um país onde raça, território e classe continuam determinando quem respira, quem alaga, quem perde a casa e quem decide, a justiça climática só pode ser construída com enfrentamento ao racismo ambiental e à colonialidade.

Ao evidenciar a complexidade dos conflitos, desigualdades e narrativas que atravessam a emergência climática no Brasil, este dossiê também reafirma o papel indispensável da sociologia e das ciências sociais na compreensão das dimensões humanas da crise. Em um campo frequentemente dominado por modelos técnicos, métricas e abordagens focadas exclusivamente em emissões, infraestrutura ou gestão de riscos, as ciências sociais recuperam o que está em disputa: as vidas, os corpos, os territórios e os regimes de poder que moldam quem sofre, quem decide e quem lucra com a crise climática. A tradição crítica inaugurada por autoras como Fraser, Gonzalez e Federici demonstra que não há fenômeno ambiental que não seja simultaneamente social, histórico e político. Assim, a sociologia contribui para revelar as estruturas de desigualdade, os processos de racialização e generificação da vulnerabilidade, as formas de resistência comunitária e as delegações de poder que definem a governança climática. Ao trazer essas questões ao centro da reflexão, este dossiê reforça que enfrentar a crise climática exige não apenas soluções técnicas, mas uma profunda transformação das relações sociais, políticas e econômicas que sustentam sua reprodução.

Destaca-se também a centralidade da justiça climática na operacionalização da concepção nas políticas públicas. Ao trazer estudos de casos empíricos e que recorrem à etnografia em diferentes conformações territoriais, reforça-se o papel dos instrumentos da gestão pública para o enfrentamento à emergência climática tanto na perspectiva da mitigação, quanto da adaptação à eventos climáticos extremos. O presente dossiê é publicado durante um período de reconstrução de políticas públicas depois de um período de desmonte e negacionismo no âmbito nacional, além de um ganho de relevância do debate climático após a realização da 30ª Conferência das Partes em Belém, local escolhido com o argumento que chefes de Estado não podem decidir soluções para o enfrentamento de problemáticas em um território que não conhecem. Indo além, argumentamos aqui que as decisões não devem se dar sem as pessoas que compõem o lugar.

Assim, o dossiê reafirma que disputar o futuro exige disputar narrativas, políticas, territórios e epistemologias — e que a luta por justiça climática no Brasil é, antes de tudo, uma luta por vidas que importam, territórios que resistem e mundos ainda possíveis.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Gabriel Pires de; RODRIGUES, Letícia Stevanato; DUNDER, Beatriz Duarte. A emergência climática sob o neoliberalismo: reflexões desde a perspectiva da justiça climática latino-americana. **Simbiótica**, Vitória, v. 10, n. 3, p. 57-72, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 315-329.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019.
- FRASER, Nancy. **Cannibal Capitalism**: how our system is devouring democracy, care, and the planet and what we can do about it. Londres: Verso, 2022.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalism**: a conversation in critical theory. Cambridge: Polity, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatino-americano. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 157-166.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HERCULANO, Selene. Justiça ambiental e racismo ambiental: bases conceituais e experiências no Brasil. **InterfacEHS**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 22-36, 2008.
- SULTANA, Farhana. The unbearable heaviness of climate coloniality. **Energy Research & Social Science**, [s. l.], v. 83, 2022.
- TORRES, Pedro Henrique Campello *et al.* Alea Jacta Est: o que faremos face aos ferinos impactos desiguais das mudanças climáticas? **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 4, p. 16-28, 2025.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Não.
 - ☐ **Financiamento:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e Processo FAPESP 2025/01741-1.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não
 - ☐ **Aprovação ética:** Não.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Não.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** Os autores contribuíram igualmente para todas as etapas do trabalho. Ambos os autores são responsáveis pelo conteúdo do artigo.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

